

1- Objeto do Afastamento

O afastamento foi impulsionado pelo convite do Presidente da Representação Brasileira do Parlasul, dado que integro como Membro a respectiva Comissão Mista do Congresso Nacional Brasileiro.

2- Evento

O Evento da agenda era formado pelas Reunião do Observatório da Democracia; Reuniões das Comissões Permanentes; e Sessão Ordinária número 51, nos dias 12 e 13 de novembro de 2017. O afastamento dera-se no período de 11 a 14 de novembro de 2017.

3- Ônus para o Senado Federal

Os custos relacionados à participação parlamentar nas reuniões citadas são encargos do Senado Federal, uma vez que o deslocamento fora permitido pela Instituição, na qualidade de Membro de Comissão Mista do Congresso Nacional. (Res. Nº 1, de 2011-CN) e aprovado pelo Presidente do Senado Federal (Of.307 /2017-PRESID) e pelo Plenário do Senado Federal (RQS 935 , de 2017).

Ao Senado Federal imputaram-se diárias e passagens aéreas, além da aquisição de uma apólice de seguro internacional. É de se destacar que este Senador sempre opta por se deslocar, dentre as opções de assento na **classe econômica**, nos **que ofertem os preços mais vantajosos para o Senado Federal**, representando economia destacável para a Instituição, e desta vez, ainda trouxe um ganho ao Senado Federal porque no trecho de volta, apenas requereu passagem de Montevidéu até São Paulo, aí ficando, economizando o trecho São Paulo até Brasília-DF.



Os bilhetes de passagens nos voos do deslocamento pertinente foram comprados por meio do Setor Oficial do Senado Federal (SEGPAVI), obedecidas as peculiaridades de horários do evento.

No que pertine às diárias, os valores recebidos do Senado Federal foram vertidos para despesas com hotel mediano, cujo pernoite representou cerca de 62U\$ (sessenta e dois dólares norte-americanos); os recursos recebidos como diárias também foram aplicados em refeições e transportes diversos.

4- Aparatos Disponibilizados

A organização do evento ofertara aos participantes impressos/resumos, Atas e Portfolio com Ordem do Dia; e como aparato tecnológico, tradução simultânea, sonorização e gravação, além de taquigrafia.

5- Cronograma das Atividades (Tópicos Principais)

Atividade	11/11;	12/11	13/11	14/11
Partida do Brasil e chegada a Montevideú				
Reunião do Observatório da Democracia (vide anotações)				
Reuniões Comissões Permanentes (CCDH) ; LI Sessão Ordinária				
Retorno ao Brasil				

6. Panorama Geral e Apontamentos Principais

O evento do Parlasul deste novembro de 2017 fora composto por Reunião do Observatório da Democracia, Reuniões de Comissões Permanentes; e Reuniões da Mesa Diretora; e Sessão Ordinária

Dessa forma, os principais eventos que tomei parte efetiva e ativamente seguem conforme abaixo indicados, com as devidas anotações:

Reunião da Mesa Diretora

Não compus a Mesa Diretora.

Reunião do Observatório da Democracia (OD)

Quando me preparava para ir à reunião da Bancada Progressista, por volta de umas 17h30min, senti-me mal devido ao meu estado de diabético. Logo, tomei medicamento e fui repousar, não sem antes consultar minha assessoria no Brasil para saber o modo como agir por conta da ausência na reunião. Logo, como não recuperei o estado normal a tempo de comparecer a tal reunião, deixei de me locomover para tal evento, devido ao grave incidente de saúde, cuja condição é medicamente certificada.

De todo modo, entrei em contato com os participantes e com o Presidente do Observatório para me inteirar dos assuntos e ficar ciente das discussões levadas a cabo.

Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

A reunião iniciou por volta das nove da manhã do dia 13 de novembro de 2017. Primeiramente, houve a leitura pela Presidente dos diversos assuntos em pauta.

Foi exposto o informe sobre a Audiência Pública realizada nos dias 20 e 21 de julho no Paraguai.

Na sequência, foram levados para discussão os itens MEP 87/2017, proposta de disposição pela qual o Parlasul cria uma Comissão Especial no âmbito desta Comissão com o objeto de discutir a Igreja Universal do Reino de Deus; a MEP 271/2017 pela qual se declara aos organismos internacionais de Direitos Humanos a ter atenção maior ao caso dos 9 cidadãos bolivianos detidos no Chile a fim de que se cumpra a normativa internacional de garantia do princípio de ampla defesa e da comunicação com os familiares; MEP 310/2017 pela qual o Parlasul declara seu apoio incondicional ao povo venezuelano e manifesta repúdio a todos os atos de violência física e perseguição política empreendidos contra os opositores do atual governo; MEP 319/2017 pela qual o Congresso nacional declara de seu interesse o tema contra abusos infantis; e a MEP 388/2017 pela qual se declara a proposta dos membros de grupo de trabalho sobre Gênero.

Após algumas discussões, não foi alcançado número para deliberação

L Sessão Ordinária em 13/11/2017

Iniciados os trabalhos, foi aprovada a ata da reunião anterior, de forma unânime.

Na sequência, houve a posse dos Deputados Brasileiros Carlos Melles, Heitor Schuch, Professor Victorio Galli e Wilson.

Após tal ato, como início dos trabalhos, o Conselho da Causa Armênia outorgara placa agradecendo pela celebração dos 10 anos da Declaração do Parlasul condenatória e de reconhecimento do Genocídio Armênio pelo Império Otomano.

A Causa Armênia do Uruguai, representada por sua Presidente, Diana Itutmazian, manifestou agradecimento pelo que considerou ato de generosidade e necessário, de modo a reconhecer os direitos humanos e de justiça.

Na sequência, o Presidente Arlindo Chinaglia pôs para votação a inversão da pauta, o que logo fora aprovado.

Matérias aprovadas:

1. Declaração do Parlamento do Mercosul sobre o Papa Francisco
2. Reconhecimento do Genocídio Armênio pelo Parlamento do Mercosul;
3. Declaração 18/2017 – “Diálogo do Parlamento do Mercosul”;
4. Declaração 16/2017 – “Louvor ao Pontificado do Papar Francisco”;
5. Recomendenciento do empenho e trabalho de Sua Santidade como Artíficie da Paz;
6. Declaração 17/2017 – Beneplácito pela conformação da Confederação de Sindicatos de Comércio do Mercosul – UNICOM Mercosul;
7. Declaração 19/2017 – Beneplácito pela realização de audiência pública sobre direitos humanos realizada na República Bolivariana da Venezuela;
8. Declaração 20/2017 – Rechaço ao exercício da violência como método de ação política;
9. Declaração 21/2017 - de interesse que a República Argentina conclua diversas obras de infraestrutura;
10. Declaração 22/2017 – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA);
11. Recomendação 10/2017 – Registro Regional de Pessoas Desaparecidas, Extraviadas ou Perdidas;

12. Recomendação 11/2017 – Estabelecer mecanismos para a participação do Parlamento do Mercosul durante as negociações que o Mercosul leve adiante com terceiros países ou grupos de países;

13. Recomendação 12/2017 – Busca de financiamento com organismos regionais para atualizar os estudos do aproveitamento múltiplo e integral da bacia do rio Bermejo;

14. Recomendação 13/2017 – Promoção do Corredor Ferroviário Interoceânico Central

15. Recomendação 14/2017 – Estudo de factibilidade técnica para a construção de um canal hidroviário que conecte o eixo norte-sul das bacias do Orinoco Amazonas e da Prata;

16. Recomendação 15/2017- Diretriz comum de integração multimodais de transporte em matéria aduaneira, seguridade e normativa.

Na hora do Tema Livre, usei da palavra por cerca de seis minutos e cinquenta e proferi o seguinte discurso: “ Na condição de líder da minoria no Senado Federal do Brasil, venho denunciar que no último sábado passou a vigor no nosso país uma proposta que foi rotulada por uma ex-deputada federal como *essa desgraça e essa desgraça* começou a vigor no último sábado. Uma reforma que tem como objetivo reduzir o custo de mão de obra para os empresários e sob o argumento falacioso de que isso aumentaria a capacidade de competitividade do país e em nome disso, conquistas sociais que foram obtidas há mais de 70 anos com a CLT, e em 1988 com a Constituição brasileira pós ditadura e outros que foram conquistados nos governos Lula e Dilma Rousseff. Essas medidas, elas veem exatamente com esse objetivo de permitir a ampliação da margem do lucro dos empresários, tornar os produtos brasileiros mais baratos em relação ao custo da mão de obra, trazendo consequências negativas, inclusive para a Previdência Social, que é outra área em que o governo golpista de Michel Temer pretende fazer reformas, entre aspas. Nessa reforma trabalhista, um dos pontos mais graves é a chamada adoção do trabalho intermitente,

uma condição em que o trabalhador é contratado e fica à disposição da empresa/empresário que o convoca de tempos em tempos para trabalhar e recebe tão somente por aqueles dias trabalhados, não tendo condição sequer de tornar-se um contribuinte permanente da Seguridade Social, ampliando o déficit hoje existente e transformando empregos formais e de boa qualidade em subempregos. Também os trabalhadores que recebem hoje prêmios ou gratificações e que incorporam ao conjunto de sua remuneração, o que lhes permite contribuir com isso proporcionalmente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e à Previdência Social, a partir de agora, vão deixar de ter essa oportunidade. E alguém que perceba um salário de 3 mil reais garantidos os direitos todos, poderá por exemplo ter um salário de 1 mil reais e 2 mil reais serão prêmios e gratificações sem que sobre esses incidam quaisquer tipos de encargos trabalhistas e previdenciários. Além disso, a terceirização indiscriminada e ilimitada que vai fazer com que empregos formais de boa qualidade sejam substituídos por terceirizados, uma categoria de trabalhadores no Brasil que hoje mais apresenta acidentes de trabalhos; as mulheres grávidas poderão trabalhar em ambiente insalubre, coisa que a CLT proíbe hoje, mas que os patrões poderão, desde que havendo acordo com a gestante, colocá-la para trabalhar em ambientes com condições insalubres; horário de almoço que existia anteriormente no Brasil agora será no mínimo de meia hora, contribuindo para acidentes de trabalho. A jornada de trabalho de 12 horas antes prevista para algumas poucas categorias, agora poderá ser adotada por todas, ponto muito grave porque a negociação direta passa a valer mais que a legislação, e com isso, o que se verá será trabalhadores com sindicatos enfraquecidos vão enfrentar o patrão e o medo do desemprego com acordos para estabelecer negociação que de modo algum lhes será vantajosa. Por último, o governo golpista editou uma Portaria que torna menos possível, flexibilizando, a fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o trabalho escravo, de exploração e de superexploração dos trabalhadores, e nos cabe como integrantes do Parlamento Brasileiro, inclusive porque com a aprovação dessa reforma trabalhista haverá uma concorrência predadora dos produtos brasileiros com



os produtos de outros países que paguem direitos sociais e trabalhistas mais justos. Alerta e chamo a atenção da Reclamação dos uruguaiois que fizeram queixa neste Parlamento em tal sentido”

Novembro de 2017

SENADOR HUMBERTO COSTA

